
CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2026/2028

SINDICATO DOS TRAB EM TRANSP RODOVIAR ITUMBIARA GOIAS, CNPJ n. 97.329.346/0001-70, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). DIVAIR CANDIDO DE FARIA;

E

SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE COMBUSTIVEIS, DERIVADOS DE PETROLEO, MATERIAIS INFLAMAVEIS E CARGAS PERIGOSAS NO ESTADO DE GOIAS-STPP, CNPJ n. 30.540.748/0001-48, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). DIVINO NERIVAN SILVA TAVARES;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de maio de 2026 a 30 de abril de 2028 e a data-base da categoria em 01º de maio.

CLÁUSULA SEGUNDA – ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS, MOTORISTAS E AJUDANTES, NÃO IMPORTANDO A ATIVIDADE FIM DO EMPREGADOR, E AINDA, TODOS OS EMPREGADOS DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PESSOAS, CARGAS, BENS OU COISAS E EMPREGADOS DAS EMPRESAS QUE explorem a atividade de transporte de combustível, derivados de petróleo, materiais inflamáveis e cargas perigosas**, com abrangência territorial em **Bom Jesus de Goiás/GO, Buriti Alegre/GO, Cachoeira Dourada/GO, Goiatuba/GO, Inaciolândia/GO, Itumbiara/GO, Joviânia/GO, Panamá/GO e Vicentinópolis/GO.**

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIO MÍNIMO PROFISSIONAL

As partes de forma expressa e para o período de vigência desta Convenção, se ajustam no sentido de que as categorias abaixo relacionadas, não perceberão, a partir de 1º de maio de 2026, salários inferiores a:

a) Motoristas Carreiros _____ R\$ 2.075,05

b) Demais Motoristas de caminhão _____ R\$ 1.923,26

c) Motorista de Carros Leves de Carga _____ R\$1.763,26

d) Operador de Empilhadeira Elétrica, a Gás e Combustível/Pá Carregadeira _____ R\$1.763,26

e) Ajudantes/Carregadores _____ R\$ 1.680,00

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O trabalhador que exercer a função de motorista de veículos denominados, **bitrem, tritrem, rodotrem, treminhão e semi-reboque do tipo cegonha**, bem como daqueles que possuam similaridade com os veículos ou de outros veículos que possuam características semelhantes (articulados), fará jus ao recebimento de adicional correspondente a 20% (vinte inteiros por cento) do piso salarial estipulado ao motorista de carreta. Este adicional será devido durante o período em que a atividade for exercida, havendo assim encargos trabalhistas e tributários sobre a verba. Contudo, não haverá incorporação desse adicional à remuneração do empregado, nos casos de retorno à função anterior, podendo ser suprimido quando da cessação da atividade específica.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Diante das exigências do atual Código de Trânsito Brasileiro, a empresa poderá solicitar do candidato à vaga de motorista, bem como de seus atuais empregados, uma Certidão de seu Prontuário junto ao Detran originário de sua CNH a fim de que seja apurado a quantidade de pontos negativos anotados, sob pena de caracterização de falta grave. No caso dos atuais trabalhadores, as empresas pagarão o custo da Certidão junto ao Detran.

PARÁGRAFO TERCEIRO: As empresas que explorem a "atividade de transporte de combustíveis, derivados de petróleo, materiais inflamáveis e cargas perigosas", considerando os perigos inerentes à atividade laboral em questão e à natureza da carga transportada, é devida a concessão do adicional de periculosidade aos condutores. Tal adicional encontra-se disciplinado pela CLT, em seu artigo 193, e pela Norma Regulamentadora 16 (NR 16), sendo equivalente a, no mínimo, 30% sobre o salário base do empregado.

PARÁGRAFO QUARTO– O piso salarial nunca poderá ser inferior ao salário mínimo nacional.

Reajustes/Correções Salariais

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

A partir de 1º de maio de 2026, todos os trabalhadores abrangidos pela presente Convenção Coletiva de Trabalho, independente da função, terão seus salários reajustados em 8% (oito por cento) sobre os salários vigentes em 1º de maio de 2025.

CLÁUSULA QUINTA - NEGOCIAÇÃO DATA-BASE

Fica estabelecido que, na data-base do presente instrumento coletivo, as entidades signatárias, por meio de termo aditivo, promoverão a negociação do reajuste das cláusulas econômicas e sociais, bem como a reavaliação das demais cláusulas deste instrumento, podendo, se necessário, proceder à sua alteração ou adequação, desde que assim acordado entre as partes.

CLÁUSULA SEXTA - REPRESENTAÇÃO SINDICAL

A presente Convenção Coletiva de Trabalho, em sua integralidade, especialmente no que se refere aos direitos, deveres e obrigações nela estabelecidos, aplica-se a todas as empresas integrantes da categoria econômica representada pela entidade sindical patronal signatária que exerçam, direta ou indiretamente, atividades de transporte, movimentação, carregamento, descarregamento, armazenamento, distribuição ou logística de combustíveis, derivados de petróleo, materiais inflamáveis e demais produtos classificados como cargas perigosas, independentemente de sua atividade econômica preponderante, de sua forma de constituição ou de tais operações constituírem atividade principal, acessória, complementar ou subsidiária, inclusive indústrias, distribuidoras, bases de armazenamento, postos de combustíveis, usinas e estabelecimentos congêneres.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Excluem-se da abrangência deste instrumento coletivo exclusivamente as empresas cuja atividade consista no transporte de cargas comuns e que estejam regularmente inseridas na esfera de representação sindical do SETCEG - SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE CARGAS E LOGISTICA DO ESTADO DE GOIAS, CNPJ n. 02.220.036/0001-06.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A legitimidade da representação sindical das entidades signatárias, bem como o enquadramento das empresas sujeitas a esta Convenção e de seus respectivos empregados, inclusive quando as atividades abrangidas forem desenvolvidas de forma acessória, subsidiária ou complementar.

Pagamento de Salário – Formas e Prazos

CLÁUSULA SÉTIMA - COMPROVANTES DE PAGAMENTOS

As empresas fornecerão aos seus trabalhadores, comprovantes de pagamentos e descontos efetuados, discriminando, salários, horas extras, comissões, gratificações, ajuda de custo, prêmio de viagem, descanso semanal trabalhado e outras verbas percebidas.

CLÁUSULA OITAVA - ADIANTAMENTO SALARIAL

É facultado as empresas conceder, até o dia 20 de cada mês, adiantamento salarial não inferior a 40% (quarenta por cento) do salário a todos os trabalhadores, excetuando somente àqueles que manifestarem por escrito perante o setor competente da empresa, que não tem interesse em receber adiantamento salarial.

Descontos Salariais

CLÁUSULA NONA - SERVIÇO MÉDICO-ODONTOLÓGICO, SEST/SENAT

As empresas descontarão em folha de pagamento os valores referentes a serviço médico-odontológico, bem como as taxas devidas ao **SEST/SENAT** pelos trabalhadores, quando expressamente autorizados por escrito, sendo após, encaminhadas pelos mesmos às empresas até o último dia útil do mês em que ocorreu a despesa, que deverão ser reembolsadas ao **SEST/SENAT** até o dia 12 (doze) de cada mês subsequente da ocorrência.

Parágrafo único – o serviço do SEST/SENAT será gratuito aos trabalhadores vinculados às empresas de representação desta Convenção, podendo haver a cobrança de serviço dos seus dependentes, desde que autorizados.

CLÁUSULA DÉCIMA - NÃO INCORPORAÇÃO SALARIAL DE BENEFÍCIOS EXTRAS

Todo e qualquer benefício adicional que as empresas, espontaneamente já concedam ou vierem a conceder aos seus trabalhadores, durante a vigência deste instrumento coletivo de trabalho, tais como convênio ou assistência médica/odontológica, seguro de vida em grupo, convênios de fornecimento de alimentos, auxílio alimentação, cesta de alimentação, auxílio moradia, auxílio educacional de qualquer espécie, diárias independentemente do valor, prêmios, clubes esportivos e de lazer etc., não serão considerados em qualquer hipótese e para nenhum efeito, como parte integrante do salário ou remuneração do trabalhador, mesmo quando concedidos e/ou pagos de forma habitual, não podendo ser objeto de qualquer encargo trabalhista e qualquer tipo de postulação seja a que título for, acompanhando os termos da nova redação do § 2º do artigo 457 da CLT, modificado pela

contrarreforma trabalhista (lei 13.467/17).

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros

13º Salário

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - 13º SALÁRIO/FÉRIAS

Será facultado ao trabalhador manifestar perante sua empresa, pelo recebimento do equivalente a 50% (cinquenta por cento) de seu 13º salário, na mesma data em que receber o pagamento de suas férias, desde que requeiram com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, antes de completar o período aquisitivo das férias.

Adicional de Hora-Extra

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - HORAS EXTRAS DOS DEMAIS TRABALHADORES

Fica estabelecido que os trabalhadores prestarão serviços suplementares (extras), ao critério da empresa empregadora e, sempre que a isto não estiverem justificadamente impedidos, sendo que a remuneração das horas extraordinárias trabalhadas sofrerá o acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre a remuneração da hora normal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - HORAS EXTRAS DOS MOTORISTAS

A jornada diária de trabalho do motorista profissional e ajudante poderá ser prorrogada, excepcionalmente, por mais até 02 (duas) horas extras após a segunda hora extraordinária (art. 235-C da Lei 13.103/2015).

PARÁGRAFO ÚNICO -Na hipótese acima, as 02 (duas) horas extras laboradas, serão remuneradas com o acréscimo de 50% (cinquenta por cento), em relação ao valor da hora normal.

Adicional de Tempo de Serviço

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - PRÊMIO POR TEMPO DE SERVIÇO

Para cada 02 (dois) anos de efetivo serviço completado na respectiva empresa, esta concederá, mensalmente ao seu trabalhador, o equivalente a 1,5% (um e meio por cento) do salário mensal, fixando-se seu teto de cumulação ao maior valor do Piso Salarial estipulado nesta Convenção, (que é o Piso do motorista carreteiro), a título de (PTS) - Prêmio por Tempo de Serviço. O prêmio será devido a partir do mês seguinte em que o trabalhador completar 01 (um) biênio de contratação.

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente benefício não tem natureza salarial, não se incorporando nem repercutindo sobre quaisquer outras verbas e tem natureza transitória de duração pelo prazo de vigência desta Convenção.

Outros Adicionais

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DIÁRIAS

As empresas pagarão aos motoristas e demais empregados que estiverem viajando a seu serviço, cujo raio de ação seja superior a 100 (cem) quilômetros, uma diária indivisível no valor equivalente a **R\$ 97,20** (noventa e sete reais e vinte centavos) para almoço, jantar e pernoite respectivamente, o pagamento será devido a partir do momento em que o motorista inicia o deslocamento, sem a exigência de um mínimo de horas para tal pagamento. Se o raio de ação for menor que **100 (cem)** quilômetros pagarão o **ticket refeição** a que tem direito.

Prêmios

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - PRÊMIO PERMANÊNCIA

Fica instituído o “prêmio permanência”, no percentual de **6,0% (seis por cento)** mensal, calculado sobre o salário contratual do trabalhador beneficiado, que será pago em 24 (vinte e quatro) parcelas **IGUAIS**, nas condições abaixo:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O empregador é obrigado a informar e fornecer o Termo de Adesão ao trabalhador, caso ainda não o tenha fornecido, para que ele possa manifestar expressamente pela Adesão ao benefício do “prêmio permanência” ou pela NÃO Adesão ao benefício do “prêmio permanência”, sendo que em caso de inércia do empregador, será presumida a Adesão do trabalhador ao “prêmio permanência” conforme disposto no Termo de Adesão desta Convenção Coletiva de Trabalho;

PARÁGRAFO SEGUNDO - Para fazer jus ao prêmio instituído nesta cláusula, se

exigirá do trabalhador da empresa, apenas o critério da permanência, de modo que a cada mês completado de exercício na empresa, será devido o benefício do "prêmio permanência", sendo devido também no mês das férias;

PARÁGRAFO TERCEIRO - O benefício não exclui nenhum trabalhador da empresa e nem exige qualquer critério para a sua concessão, bastando tão somente que agregue mensalmente no seu contrato de trabalho, mais um mês de exercício na empresa;

PARÁGRAFO QUARTO - Ante à sujeição ao adimplemento de condições para sua concessão, o "prêmio permanência" que tem natureza indenizatória, em nenhuma hipótese integrará ao salário contratual, devendo ser pago em destaque na folha de pagamento, não se computando no cálculo de férias anuais, 13º salário, horas extras, gratificações, verbas rescisórias e outros prêmios pagos pelo empregador;"

PARÁGRAFO QUINTO - Em caso de desligamento, será devido ao trabalhador o "prêmio permanência" proporcional aos dias trabalhados no mês;

PARÁGRAFO SEXTO - De todo modo, a empresa deverá observar o comando do Termo de Adesão constante no Anexo desta CCT, que trata do rateio do valor entre Sindicato obreiro e trabalhadores, do "prêmio permanência", que não possui natureza salarial e foi uma conquista do SINDITRANSORTE-ITUMBIARA, sendo destinado mensalmente em favor dos trabalhadores; mas, descontado mensalmente **2%(dois por cento)**, igualmente calculada sobre o salário contratual (em idêntica forma de apuração/cálculo conforme a parcela paga ao trabalhador), serão revertidas em favor do Sindicato dos trabalhadores, que será descontada na folha de pagamento:

a) A empresa deverá encaminhar à entidade sindical os termos devidamente preenchidos no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de registro do instrumento normativo. No caso de contratações realizadas durante a vigência da Convenção Coletiva de Trabalho, a empresa deverá disponibilizar o respectivo termo para assinatura do trabalhador no ato da admissão, comprometendo-se a encaminhá-lo ao sindicato no prazo de até 15 (quinze) dias contínuos, contados da data da contratação. Os termos deverão ser enviados mediante ao email: suporte.financeiro@sindicatodosrodoviaros.com.br.

b) Se a empresa conceder o benefício "prêmio permanência" a trabalhadores sem obedecer o comando normativo desta cláusula, ou seja, para trabalhadores que não tenham aderido ao Termo de Adesão constante no Anexo desta CCT, o benefício automaticamente terá natureza salarial e incorpora na remuneração do trabalhador;

c) Após fazer o desconto da parcela devida em favor do Sindicato dos trabalhadores, o valor deverá ser repassado para a entidade sindical, até a data de pagamento dos trabalhadores, mediante pagamento da guia a ser emitida diretamente pelo site: <http://www.sindicatodosrodoviaros.com.br>, sob pena de multa no valor de 10%(dez

por cento) mais juros correção monetária sob o montante retido, sem prejuízo da multa cominada nesta Convenção Coletiva de Trabalho, devendo a empresa obrigatoriamente, enviar comprovante do desconto e do repasse com valor e cópias dos Termos de Adesões ao "prêmio permanência" no endereço eletrônico: suporte.financeiro@sindicatodosrodoviaros.com.br. Em caso de dúvidas sobre a emissão, o contato para esclarecimentos poderá ser realizado pelo mesmo e-mail ou pelos telefones (62) 99629-5479 / (62) 3574-9900.

PARÁGRAFO SÉTIMO –O empregador que não realizar o desconto do prêmio permanência na competência mensal correspondente, fica impedido de efetuar qualquer desconto posterior do trabalhador relativo à competência em que houve a ausência do desconto, estando obrigado a indenizar o Sindicato Laboral, conforme disposição legal do art. 927 do Código Civil.

PARÁGRAFO OITAVO - As empresas que descumprirem a presente cláusula, realizando o pagamento após o vencimento do boleto emitido e após a respectiva competência, ou permanecendo inertes quanto aos repasses devidos, ficarão sujeitas à multa prevista na Cláusula “MULTA PELO NÃO CUMPRIMENTO DA CONVENÇÃO”, bem como à incidência de juros de 2% ao mês, calculados sobre o valor principal devidamente atualizado.

PARÁGRAFO NONO– Será caracterizada prática antissindical a conduta do empregador que deixar de efetuar o desconto do prêmio permanência, quando devidamente autorizado, bem como na hipótese de realizar o desconto e não efetuar o correspondente repasse ao Sindicato Laboral.

Auxílio Habitação

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - AUXÍLIO MORADIA

Os imóveis concedidos pelas empresas à habitação de seus trabalhadores, para o trabalho, independentemente de qualquer parcela descontada a título de auxílio moradia, não caracterizarão remuneração ao trabalhador, não integrando ao salário, mesmo que a locação seja firmada pela empresa com terceiros e sublocada ao trabalhador, independente da quantia cobrada pela sublocação.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - CESTA NATALINA

Por decisão da assembleia dos trabalhadores da categoria profissional e negociada/incorporada nesta Convenção, as empresas fornecerão diretamente a todos os trabalhadores até o dia 20.12.2026, cestas natalinas através de *ticket*-alimentação ou outra forma a critério do empregador, **podendo ser via cartão**, no valor mínimo de **R\$ 182,40 (cento e oitenta e dois reais e quarenta centavos)** cada uma.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Fará jus ao referido benefício integralmente, todo o trabalhador em empresa de transporte de cargas secas ou líquidas e fracionadas, abrangidas por esta Convenção, que for admitido até o dia 30/06/2026;

PARÁGRAFO SEGUNDO – O trabalhador que for admitido a partir de 01/07/2026, e que permanecer até a data para entrega do referido benefício, receberá proporcionalmente aos meses trabalhados na mesma empresa;

PARÁGRAFO TERCEIRO - O benefício previsto no *caput* desta cláusula” CESTA NATALINA”, será concedido na forma prevista, apenas na vigência da presente Convenção e não terá caráter salarial, não incidindo qualquer desconto sobre o mesmo.

PARÁGRAFO QUARTO - o pagamento da Cesta Natalina deverá ser feito com o PROGRAMA BRCARGA.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - VALE REFEIÇÃO

As empresas fornecerão, **VALE REFEIÇÃO** antecipadamente em todos os meses abrangidos pela presente Convenção Coletiva de Trabalho, até o 5º dia útil de cada mês, a todos os trabalhadores abrangidos pela presente Convenção, quando não estiverem viajando a serviço da empresa, a partir de 01 de maio de 2026 em decorrência da adesão ao Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT, na forma da Lei e desta Convenção, por intermédio do "Sistema de "VALE – REFEIÇÃO", um valor equivalente a **R\$27,24** (vinte e sete reais e vinte e quatro centavos), por dia efetivamente trabalhado, inclusive aos sábados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Ficam excluídas do pagamento do benefício previsto no parágrafo primeiro, somente as empresas que forneçam refeições a seus trabalhadores ou venham a fornecer com a construção de refeitórios, construídos nos termos do previsto na legislação do PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador, devendo a empresa comunicar ao Sindicato dos trabalhadores, o respectivo o número de seu cadastro junto ao PAT, na vigência da presente Convenção ou que já forneçam Vale-Refeição a seus trabalhadores;

PARÁGRAFO SEGUNDO - A contribuição do trabalhador para a utilização

do **VALE-REFEIÇÃO**, objeto desta Cláusula, será de **5%** (cinco por cento) do referido valor total do benefício mensal, o qual será descontado na folha de pagamento sobre o valor pago no mês respectivo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - AUXÍLIO VALE-ALIMENTAÇÃO VIA PAT

As empresas fornecerão mensalmente a todos os seus trabalhadores abrangidos pela presente Convenção, o valor de **R\$ 364,80** (trezentos e sessenta e quatro reais e oitenta centavos), por intermédio de "**VALE-ALIMENTAÇÃO**" do sistema PAT - Programa de Alimentação do Trabalhador, (Lei 6321, de 14/04/76) que serão pagos a partir de 01/05/2026 junto com o salário, férias e 13º salário devendo ser realizado de forma integral, por ocasião de seu pagamento devido; sendo que, para efeito de homologação, somente serão considerados férias e 13º salário vencidos, não havendo proporcionalidade;

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O trabalhador poderá solicitar à empresa, a sua opção, mediante manifestação por escrito e com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, a unificação dos valores correspondentes ao Vale Refeição e ao Vale Alimentação. Caso essa opção seja aceita, os valores totais serão pagos por meio do Vale Alimentação, atendendo aos interesses do trabalhador, ficando, entretanto, estabelecido o desconto de 5% (cinco por cento) sobre o referido valor. A escolha do trabalhador permanecerá válida pelo período de 12 (doze) meses.

PARÁGRAFO SEGUNDO – o benefício do vale alimentação será devido às trabalhadoras gestantes durante todo o período de gestação, inclusive nos períodos de afastamento por licença-maternidade. Durante o afastamento, a trabalhadora continuará a receber o vale alimentação, considerando-se que o benefício tem caráter alimentar e integra a remuneração da empregada, não sendo suspenso em virtude da interrupção temporária das atividades laborais.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A contribuição do trabalhador para a utilização do **VALE-ALIMENTAÇÃO**, objeto desta Cláusula, será de **5% (cinco por cento)** do referido valor total do benefício mensal, o qual será descontado na folha de pagamento sobre o valor pago no mês respectivo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO PROGRAMA DE BENEFÍCIOS BRCARGA

Os sindicatos ora convenientes, elegem para composição dos benefícios sociais obrigatórios desta norma coletiva (VA + VR + Telemedicina), o **PROGRAMA BRCARGA**, visando oferecer as melhores condições para empresa e empregados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento do “VALE – REFEIÇÃO” e “VALE—ALIMENTAÇÃO” serão realizados através do **PROGRAMA BRCARGA**, mediante convênio firmado pela **FENATAC**, com anuência expressa e por escrito dos Sindicatos Patronal e Laboral, visando a garantia da excelência de serviços e com preço competitivo aos destinatários desta norma coletiva;

PARÁGRAFO SEGUNDO- As entidades conveniadas elegem a gestora **SIEMBRA BENEFÍCIOS** para dar assessoria na adesão e operacionalização do **PROGRAMA BRCARGA**, visando viabilizar uma efetiva redução de custos nas taxas cobradas pelo serviço e oferecer acesso a melhor qualidade de alimentação para o trabalhador através de uma ampla rede credenciada em diferentes tipos de comércio para consumo;

PARÁGRAFO TERCEIRO- As empresas que já fornecem os referidos benefícios, por intermédio de outra bandeira, no término do contrato, deverão firmar convênio com a gestora **SIEMBRA BENEFÍCIOS** para dar assessoria na adesão e operacionalização do **PROGRAMA BRCARGA**. No que tange aos contratos de "prazo indeterminado", a migração deverá ser efetuada de forma imediata, sendo imperativo que a empresa proceda com a notificação à gestora vigente acerca da rescisão do referido contrato, respeitando apenas o prazo mínimo de comunicação.

PARÁGRAFO QUARTO - As empresas que utilizam outra gestora, deverão obrigatoriamente encaminhar ao Sindicato Laboral cópia do contrato para o e-mail: beneficios@sindicatodosrodoviaros.com.br, indicando o período de vigência e a imposição de multa em caso de rompimento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DA IMPLANTAÇÃO DO TELEMEDICINA

Seguindo o propósito de atendimento ao binômio assistência social aos trabalhadores e resguardo do princípio da preservação das empresas, o benefício da Telemedicina passará a ser fornecido para todos os empregados abrangidos por esta norma coletiva;

PARÁGRAFO SEXTO – As empresas arcarão com o percentual de 100% (cem por cento) do valor do plano do empregado titular;

PARÁGRAFO SÉTIMO – Os empregados que queiram incluir os seus dependentes deverão comunicar por escrito a seu empregador, o valor destes deverá ser pago integralmente pelo empregado, por intermédio do desconto em folha de pagamento;

PARÁGRAFO OITAVO – O benefício da Telemedicina dar-se-á através da adesão ao **Programa BRCARGA** de que trata a cláusula anterior do presente instrumento, e a mensalidade a ser paga pelas empresas não poderá ultrapassar o valor de R\$

19,90 (dezenove reais e noventa centavos) por empregado ou dependente indicado;

PARÁGRAFO NONO – A administração do **Programa BRCARGA** dar-se-á através da gestora Siembra Benefícios que realizará, durante a vigência desta norma, a escolha, direção e operacionalização da empresa prestadora dos serviços de Telemedicina, garantindo integralmente o binômio qualidade de serviços e baixo custo de operação aos beneficiários desta norma coletiva;

PARÁGRAFO DÉCIMO – A empresa prestadora dos serviços de Telemedicina deverá oferecer diversos serviços de saúde e bem-estar, com descontos em medicamentos e exames, para uma melhor identificação do empregado com o setor e um acesso digital aos serviços prestados;

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - As empresas que já concedem Plano de Saúde a seus empregados, cujo custeio se dá integralmente por parte do empregador, ficarão isentas do cumprimento do que determina esta cláusula;

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Os sindicatos ora convenientes poderão indicar laboratórios de sua confiança para compor o **Programa BRCARGA** através convênio de benefícios da Telemedicina.

Auxílio Saúde

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - PLANO ODONTOLÓGICO

Fica mantido a contratação do Convenio Odontológico para todos trabalhadores no **TRANSPORTE RODOVIÁRIO, MOTORISTAS E AJUDANTES, NÃO IMPORTANDO A ATIVIDADE FIM DO EMPREGADOR, E AINDA, TODOS OS EMPREGADOS DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PESSOAS, CARGAS, BENS OU COISAS E EMPREGADOS DAS EMPRESAS QUE explorem a atividade de transporte de combustível, derivados de petróleo, materiais inflamáveis e cargas perigosas** das cidades de Bom Jesus de Goiás/GO, Buriti Alegre/GO, Cachoeira Dourada/GO, Goiatuba/GO, Inaciolândia/GO, Itumbiara/GO, Joviânia/GO, Panamá/GO e Vicentinópolis/GO, com uma mensalidade no valor de **R\$ 35,00 (trinta e cinco reais)**, de forma gratuita para o TITULAR, livre da taxa de adesão, e o valor deverá ser pago a ODONTO BENEFÍCIOS E VIDA LTDA, ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS, CNPJ 37.192.715/0001-01, até o dia 15 de cada mês e assim sucessivamente todos os meses, com a cobertura de 100% e a rede de credenciamento deverá ser ampla em todo território nacional para todos os procedimentos, definidos no contrato entre a operadora e as empresas do setor de transporte de Combustível, nas cidades de representação do referido Sindicato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os empregados que optar pela adesão de seus dependentes legais, o custo integral das mensalidades dos dependentes incluídos será de sua responsabilidade que desde a inclusão do dependente já fica autorizado o desconto em folha de pagamento.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As empresas ficam obrigadas a repassar a ODONTO BENEFÍCIOS E VIDA

LTDA, todos os valores referentes às mensalidades do convenio odontológico, até o dia 15 de cada mês subsequente, sob pena de pagar juros de mora no valor de 5% sobre o valor a que deveria ser recolhida, para cada 30 dias de atraso e ainda será cobrado multa no valor de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais), por colaborador da empresa que deixou de realizar o pagamento na data assinalada acima.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Caso o empregado venha ser desligado do quadro de funcionário da empresa, a partir da data de seu desligamento não será mais cobrado às mensalidades e caso o empregado tenha solicitado inclusão de dependente no convenio, será excluído automaticamente do benefício, mas para isto será observado as condições no parágrafo seguinte.

PARÁGRAFO QUARTO - No caso de desligamento de empregado, as empresas ficarão responsáveis em comunicar por escrito ou por e-mail, a ODONTO BENEFÍCIOS E VIDA LTDA, e-mail: adm@tendacorreтора.com faturamento@tendacorreтора.com WhatsApp 62-3288-1967, ou ainda no Sindicato, e-mail: divairitumbiara@hotmail.com WhatsApp 64-99218-5581, documentos a ser apresentado para desligamentos de empregados: **Rescisão do Contrato de Trabalho assinado pelo empregado, documentos que comprove que o empregado esteja afastado por mais de 30 dias pela Previdência Social, informar também se houver dependentes**, para que sejam providenciadas as suas baixas do Convênio Odontológico, em caso de inobservância por parte das empresas, as pendências de mensalidades dos titulares e dependentes, ficarão por conta das empresas, até que a ODONTO BENEFÍCIOS E VIDA LTDA seja informado da ocorrência.

PARÁGRAFO QUINTO - Critérios para escolha da operadora odontológica: As operadoras prestadoras dos serviços de assistência odontológica serão contratadas pela ODONTO BENEFÍCIOS E VIDA LTDA, CNPJ 37.192.715/0001-01, com a indicação do Sindicato Laboral, não podendo as empresas se opor na indicação e será de inteira responsabilidade do Sindicato Laboral. O Sindicato Laboral poderá contratar a segunda prestadora dos serviços de assistência odontológica caso seja necessário, devendo ser observados os mesmos critérios.

PARÁGRAFO SEXTO - Para a contratação das operadoras para a oferta de plano odontológico disposta na presente Convenção, deverão obrigatoriamente, sob pena de nulidade da contratação, ser observados os seguintes critérios:

- A)** Inscrição perante a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS;
- B)** Classificação da operadora como sendo de grande porte e apresentar as redes de credenciamento de profissionais a nível Nacional para atendimento por onde os trabalhadores estiverem trabalhando;
- C)** Índice de Desempenho da Saúde Suplementar – IDSS, divulgado anualmente pela Agência Nacional de Saúde Suplementar;
- D)** No que se refere ao IDSS descrito na alínea anterior, especificamente no tocante ao indicado denominado IDGA;

PARÁGRAFO SÉTIMO - Fica estabelecida ainda, multa no valor de 10% (dez por cento) do Salário da Categoria (Piso Salarial) vigente, por empregado, para a empresa que não realizar a Contratação do Plano Odontológico junto a ODONTO BENEFÍCIOS E VIDA LTDA, ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS, CNPJ 37.192.715/0001-01, ou através do Sindicato Laboral. A inclusão de todos os colaboradores no Convênio Odontológico, poderá ocorrer após o período do contrato da experiência que varia de 45 a 90 dias, no caso da não inclusão no prazo assinalado, será aplicado a multa e juros conforme descrito neste parágrafo, mês a mês, até que se cumpra a obrigação, respeitando o limite de R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais) por empregado. O valor da multa reverterá 50% (cinquenta por cento) em favor do empregado prejudicado e 50% (cinquenta por cento) a favor do Sindicato Laboral.

PARÁGRAFO OITAVO – O referido benefício terá vigência a partir de 01 de maio de 2026 e terá duração até que se renova a presente Convenção Coletiva de Trabalho.

Auxílio Morte/Funeral

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - PLANO DE SAÚDE

Fica assegurado contrato entre as empresas empregadoras e prestadoras de serviços de Plano de Saúde, por aceitação mútua dos Convenientes, ou seja, sendo a escolha da mesma de inteira responsabilidade do Sindicato dos trabalhadores e do Sindicato patronal, com anuência do outro Sindicato, a todos os trabalhadores abrangidos por esta Convenção Coletiva de Trabalho, no prazo máximo de até noventa dias após seu protocolo no sistema "mediador".

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O Plano de Saúde referido nesta Cláusula é destinado à prestação de assistência médico-hospitalar aos trabalhadores que dele queiram participar, inclusive dependentes, considerando como tais, para os efeitos de participação do Plano, cônjuge ou companheiro (a), na forma da Lei Federal nº 9.278, de 10 de maio de 1996;

PARÁGRAFO SEGUNDO – A participação voluntária dos trabalhadores e respectivos dependentes no Plano deve ocorrer mediante adesão simultânea ao ato de contratação, ficando, os beneficiários, sujeitos às condições de atendimento e ao cumprimento da carência estipulada pela prestadora dos serviços;

PARÁGRAFO TERCEIRO – Os trabalhadores que aderirem ao Plano de Saúde autorizará a empregadora respectiva a realizar, mensalmente, desconto nas suas folhas de pagamentos, em valor equivalente à quota respectiva, no importe de 05% (cinco por cento) do salário base mensal, acrescido do “Prêmio Permanência” (anuênio), desconto este limitado à totalidade do valor da mensalidade devida ao Plano;

PARÁGRAFO QUARTO – O Plano de Saúde a que se refere esta cláusula corresponde aos serviços “básicos”, conforme legislação de regência;

PARÁGRAFO QUINTO – Facultam-se as empregadoras ofertas de outros Planos, como “Plano Executivo” ou “Plano B” ou “Nacional”, etc., mediante autorização por

escrito do trabalhador optante, necessária para efeito de desconto na folha de pagamento. Nesta hipótese, arcará o trabalhador com o valor advindo da diferença gerada entre a sua quota-parte, no “Plano Básico”, e o valor do “Plano Executivo” ou “Plano B”, ou outros Planos, não gerando para a empregadora qualquer acréscimo financeiro;

PARÁGRAFO SEXTO – Admite-se no plano básico “coparticipação”, atribuindo-se ao trabalhador custo adicional ao valor para consultas, efetuadas mensalmente;

PARÁGRAFO SÉTIMO – Somente aos trabalhadores vítimas de acidentes de trabalho e/ou em auxílio-doença, que estiverem afastados temporariamente por mais de 30 (trinta) dias e que tenham aderido ao “Plano Básico”, ficam garantidos os benefícios assistenciais durante o período de afastamento, sem o desconto referido. Para os trabalhadores que tenham aderido a outro Plano fica garantida a cobertura pelo “Plano Básico”, assumindo os trabalhadores os valores advindos da diferença entre o “Plano Básico” e o “Plano Executivo” ou “Plano B”, ou “Nacional” ou “outro”;

PARÁGRAFO OITAVO - Nos contratos de trabalho celebrados a partir de 01/05/2023 em diante, os novos trabalhadores arcarão com as despesas de seus dependentes, com exceção de seus cônjuges ou companheiros (as);

PARÁGRAFO NONO - Durante a vigência dos períodos de experiência, os trabalhadores contratados, não terão direito de aderir aos planos de saúde disponibilizados, ficando ao critério de cada empresa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - AUXÍLIO FUNERAL

No caso de falecimento de seu trabalhador, a empresa concederá um auxílio-funeral equivalente a **R\$ 2.075,05** (dois mil e setenta e cinco reais e cinco centavos), corrigidos pela inflação oficial apurada pelo INPC-IBGE, na data do falecimento, ao dependente habilitado em documento expedido pelo INSS, de acordo com o parágrafo único do artigo 2º do Decreto 85.845, de 26/03/81, sendo que ficam isentas do pagamento deste auxílio, somente as empresas que mantiverem Seguro de

Vida para seus trabalhadores com a previsão do benefício auxílio-funeral.

PARÁGRAFO ÚNICO - Se a empresa tiver um Seguro de Vida instituído em favor de seus trabalhadores com a previsão do benefício auxílio-funeral, mas, este for inferior à **R\$ 2.075,05**(dois mil e setenta e cinco reais e cinco centavos),, fica a empresa obrigada a complementar a diferença até atingir o referido valor aqui previsto.

Seguro de Vida

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - SEGURO DE VIDA

CONSIDERANDO o disposto na alínea “c”, do inciso V, do art. 2º da Lei 13.103, de 2 de março de 2015, que disciplina a contratação obrigatória de seguro aos motoristas;

CONSIDERANDO que o seguro deve possuir cobertura mínima para morte natural, morte acidental, invalidez total ou parcial decorrente de acidente, traslado e auxílio para funeral, referentes às atividades desempenhadas pelo trabalhador, em valor mínimo correspondente a 10 (dez) vezes o piso salarial da categoria ou valor superior quando fixado em Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade da proteção securitária aos trabalhadores abrangidos por esta Convenção Coletiva de Trabalho;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação em instrumento coletivo, a fim de evitar o reiterado descumprimento da legislação vigente, seja pela transferência indevida do custo do seguro ao motorista, seja pela inobservância das coberturas legalmente exigidas;

Fica estabelecida a contratação compulsória do Seguro de Vida em Grupo junto à BVIX Seguradora S.A., por intermédio da corretora Seguros do Brasil Consultoria e Corretora de Seguros Ltda., inscrita no CNPJ nº 09.614.580/0001-81, registro SUSEP nº 202025773, observadas as condições, coberturas e capitais segurados descritos nesta cláusula. A Seguros do Brasil Consultoria e Corretora de Seguros Ltda. será responsável pela intermediação, orientação comercial e operacional, acompanhamento das implantações, apoio às empresas subestipulantes e direcionamento das demandas junto à BVIX Seguradora S.A. O contato deverá ser realizado pelos e-mails beneficios@segurosdo brasil.com.br/diretoria@segurosdo brasil.com.br , ou pelos telefones (61) 3045-0303/(61) 99955-3004, sendo o atendimento e a condução das demandas realizados por Cristina Alarcão, Diretora Comercial.

A adesão deve ser feita para todos os trabalhadores da empresa, devendo tal contratação ser realizada exclusivamente por meio de um contrato de prestação de

serviços a ser firmado entre o Sindicato dos Trabalhadores e/ou Sindicato Patronal com anuência de ambos e a prestadora dos serviços de seguro. O seguro de vida deverá abranger todos os empregados, sem exceção, garantindo a proteção de todos os colaboradores no âmbito da atividade laboral.

Em conformidade com os termos estabelecidos pela Lei nº 13.103/2015, o motorista não poderá sofrer qualquer desconto relativo ao valor do seguro de vida, sendo a pagamento da contratação de responsabilidade exclusiva da empresa, sem custos para o trabalhador. A empresa poderá, contudo, decidir, conforme sua conveniência, se aplicará aos demais trabalhadores anuentes o desconto correspondente ao valor do seguro de vida ou se assumirá integralmente esse custo.

Coberturas e capitais segurados

O Seguro de Vida em Grupo deverá contemplar, no mínimo, as seguintes coberturas e capitais:

Cobertura	Capital segurado
Morte natural	R\$ 50.000,00
Morte acidental	R\$ 40.000,00
Invalidez permanente total ou parcial por acidente	Até R\$ 50.000,00
Despesas médicas, hospitalares e odontológicas decorrentes de acidente	Até R\$ 10.000,00
Adaptação de casa ou veículo por invalidez acidental	R\$ 1.000,00
Amparo Protetivo	R\$ 2.000,00
Despesas com funeral individual, por indenização ou reembolso.	Até R\$ 5.500,00
A cobertura de despesas com funeral individual cobrirá integralmente os custos de traslado.	-

Em caso de falecimento decorrente de acidente, os capitais segurados referentes à cobertura de Morte Natural e Morte Acidental serão acumulados, observadas as condições contratuais da apólice.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor da mensalidade relativa ao seguro de vida, não excederá o limite de **R\$ 11,00 (onze reais)** por empregado beneficiário.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A empresa poderá, a seu critério, contratar outra prestadora de serviços para a prestação do seguro de vida, desde que a empresa contratada ofereça as mesmas condições e coberturas previstas na apólice escolhida pelas entidades sindicais signatárias desta convenção.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Na hipótese de o reajuste aplicado ao contrato da atual prestadora de serviços ultrapassar a capacidade financeira da empresa, ou caso a empresa opte pela contratação de outra prestadora de serviços nos moldes do parágrafo anterior, deverá apresentar ao sindicato laboral pelo e-mail: beneficios@sindicatodosrodoviarior.com.br, o contrato com a nova prestadora de serviços para a devida verificação e concordância, a fim de assegurar que as condições do seguro de vida contratadas estejam em conformidade e plena observância dos critérios determinados desta cláusula, ou seja, as mesmas coberturas do caput.

PARÁGRAFO QUARTO: Fica assegurado ao empregador a contratação de seguro nas coberturas descritas na alínea c, do inciso V, do art. 2º da Lei 13.103, na hipótese do valor da mensalidade tornar excedente à contratação anterior da BVIX Seguradora S.A., por intermédio da Seguros do Brasil Consultoria e Corretora de Seguros Ltda.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - HOMOLOGAÇÃO DAS RESCISÕES

Objetivando proporcionar maior segurança jurídica aos trabalhadores e aos empregadores, os acertos rescisórios dos trabalhadores que contarem com mais de 4 (**quatro**) meses de tempo de serviço deverão ser homologadas **obrigatoriamente** no Sindicato dos trabalhadores em Transportes Rodoviários de Itumbiara Goiás, na modalidade presencial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Para a assistência sindical no ato da homologação da rescisão, será cobrada, da empresa, uma taxa no valor de **R\$ 100,00 (Cem reais)** por homologação, devendo a empresa fazer o prévio recolhimento na conta do Sindicato dos trabalhadores: **CAIXA ECONOMICA FEDERAL, Agência 0015, conta corrente 003, conta 2152-7 ou pode ser através do (PIX CNPJ) 97.329.346/0001/70, e enviar o comprovante por Whatsapp: (64) 99218- 5581 ou (64) 99228-4771, para o agendamento da homologação ou pode ser também por E-mail: divairitumbiara@hotmail.com ou**

sinditransporteitumbiara@hotmail.com.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Serão exigidos os seguintes documentos para homologação:

- a) Carteira de trabalho devidamente atualizada;
 - b) Carimbo da empresa com documentação carimbada e assinada;
 - c) Termo de rescisão de contrato em cinco vias;
 - d) Termo de homologação em cinco vias;
 - e) Aviso prévio;
 - f) Formulário do seguro desemprego;
 - g) Extrato do FGTS para fins rescisórios;
 - h) Guia de recolhimento do FGTS;
 - i) Demonstrativo do trabalhador de recolhimento FGTS rescisório;
 - j) Chave de comunicação do FGTS;
 - k) Doze últimos contracheques;
 - l) Livro de registro de empregados;
 - m) Atestado de saúde demissional;
 - n) Carta de preposto se não for o empregador;
 - o) comprovante do pagamento da taxa de homologação
 - p) Comprovante dos últimos 12 (doze meses) do recolhimento do prêmio permanência.
- q) O Sindicato disponibiliza o serviço de agendamento de homologações através do telefone (64)-99218-5581 - WhtsApp: (64)-99228-4771 ou (64)-3430-4782 ou por e-mail: divairitumbiara@hotmail.com ou sinditransporteitumbiara@hotmail.com que terão preferência no horário das 14:00 horas às 16:00 horas, já as homologações não agendadas terão que aguardar o atendimento por ordem de chegada, sábado, domingos e feriados não terão atendimento.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O pagamento das verbas rescisórias, a homologação do TRCT, bem como a entrega das guias do Seguro Desemprego, e os demais documentos para o saque do FGTS, deverão atender ao prazo legal, sob pena de pagamento pelo empregador da multa estabelecida no § 8º do artigo 477 da CLT. O pagamento das verbas rescisórias poderá ser em dinheiro, cheque da mesma empresa e sem cruzar o mesmo, depósito bancário, transferência ou ordem de pagamento em nome do trabalhador, desde que o valor correspondente esteja comprovadamente disponível para saque no ato da homologação. Em se tratando de trabalhador menor de idade o mesmo deverá estar acompanhado de seu responsável e se não alfabetizado, o pagamento somente poderá ser em espécie.

PARÁGRAFO QUARTO — A empresa que descumprir o disposto no caput desta cláusula, deixando de realizar a homologação da rescisão contratual perante o Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários de Itumbiara e Região, ou realizando-a por outro meio sem a devida anuência sindical, ficará obrigada ao pagamento de multa equivalente a **1 (um) salário profissional correspondente ao maior piso salarial vigente desta Convenção**, por trabalhador prejudicado, devida desde a data em que deveria ter ocorrido a homologação, sem prejuízo da multa geral por descumprimento prevista na Cláusula 62ª deste instrumento. O valor da multa será destinado **50% (cinquenta por cento) ao trabalhador cujo contrato foi rescindido sem a devida assistência sindical e 50% (cinquenta por cento) ao Sindicato dos Trabalhadores**, a título de ressarcimento das custas judiciais.

Aviso Prévio

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - PROJEÇÃO DO AVISO PRÉVIO

De acordo com a legislação atual, todo trabalhador demitido tem direito a um aviso prévio de 30 dias (trabalhado ou indenizado), além de um aviso indenizado proporcional ao tempo de serviço, limitado a um máximo de 60 dias proporcionais. Isso totaliza, no máximo, 90 dias de aviso prévio. É importante ressaltar que, conforme a Lei 12.506/2011, o trabalhador não pode ser obrigado a trabalhar por mais de trinta dias durante o período de aviso prévio, pois a proporcionalidade estabelecida deve ser aplicada exclusivamente em favor do trabalhador. Sendo assim, independentemente do número de dias proporcionais de aviso prévio a que o trabalhador tem direito, o período de trabalho exigido não pode exceder trinta dias, devendo o restante do período ser indenizado.

PARÁGRAFO ÚNICO: Quando o empregado pedir demissão ou for pré-avisado da sua dispensa, e se no curso do aviso prévio conseguir um novo emprego, o empregado ficará desobrigado de cumprir o período restante do aviso prévio, sem qualquer ressarcimento à empresa, desde que comunique o seu desligamento à empresa empregadora com antecedência mínima de 02 (dois) dias e comprove, documentalmente seu novo contrato de trabalho.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Qualificação/Formação Profissional

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - TREINAMENTOS OU CURSOS PROFISSIONALIZANTES

As empresas que proporcionarem Treinamentos ou Cursos Profissionalizantes a seus trabalhadores, poderão efetuar-los em domingos e feriados, desde que não contínuos, sem obrigação de remunerar os favorecidos com hora extra ou dobra prevista na CLT, fornecendo a alimentação.

Estabilidade Mãe

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - GARANTIA DE EMPREGO À GESTANTE

A garantia do emprego à trabalhadora gestante se estende desde a confirmação da gravidez até 06 meses após o parto, exceto em caso de comprovada justa causa.

Estabilidade Acidentados/Portadores Doença Profissional

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - ESTABILIDADE PROVISÓRIA EM ACIDENTE DE TRABALHO

As empresas concederão uma estabilidade provisória de 12 (doze) meses aos seus trabalhadores quando estes retornarem ao trabalho, depois de gozo de auxílio doença por motivo de acidente de trabalho, estando capacitado para exercer sua função.

Estabilidade Aposentadoria

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - ESTABILIDADE - VÉSPERA APOSENTADORIA

A todo o trabalhador, que estiver faltando apenas 01 (um) ano de serviço, para adquirir tempo para sua aposentadoria, desde que tenha 01 (um) ano consecutivo de vínculo na empresa e que comprove, antecipadamente, junto à mesma, com documentos fornecidos pelo INSS o período de tempo adquirido para sua aposentadoria, fica concedido à estabilidade provisória durante esse tempo, ressalvando-se somente a demissão por justa causa devidamente comprovada.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - DO PROGRAMA DE ADEQUAÇÃO NR-1 E GESTÃO DE SAÚDE MENTAL (CONECTA BENEFÍCIOS)

CONSIDERANDO as recentes atualizações normativas promovidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, especialmente no âmbito da Norma Regulamentadora nº 01 (NR-01), que passou a contemplar de forma expressa a obrigatoriedade de gerenciamento de riscos ocupacionais com inclusão dos fatores psicossociais, bem como o reforço das diretrizes de prevenção e promoção da saúde mental no ambiente de trabalho;

CONSIDERANDO, ainda, a Lei nº 14.457/2022, que instituiu medidas de prevenção e combate ao assédio e outras formas de violência no âmbito do Programa Emprega + Mulheres, incluindo a obrigatoriedade de canais de denúncia nas organizações;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de aprimoramento contínuo das práticas de saúde e segurança do trabalho, especialmente no que se refere à ergonomia (NR-17) e à gestão integrada de riscos ocupacionais;

As partes signatárias estabelecem a seguinte cláusula normativa, com vistas à consolidação de boas práticas de conformidade, prevenção e promoção de um ambiente de trabalho seguro, saudável e adequado.

As empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva de Trabalho que possuam mais de 10 (dez) trabalhadores, ficam obrigadas a implementar e disponibilizar a todos os seus trabalhadores o **Programa de Adequação NR-1 e Gestão de Saúde Mental**, com a finalidade de promover a identificação, avaliação e monitoramento de riscos psicossociais (NR-01), a realização de avaliações ergonômicas (NR-17), bem como a disponibilização de canal de denúncias, nos termos da Lei nº 14.457/2022.

Parágrafo Primeiro: Para fins de cumprimento da obrigação prevista no nesta cláusula, as empresas deverão utilizar a solução tecnológica disponibilizada pelas entidades signatárias, por meio da plataforma Conecta Benefícios, a qual integrará as ações de gestão, acompanhamento e conformidade do programa.

Parágrafo Segundo: O acesso à plataforma e a operacionalização do programa pelas empresas e trabalhadores serão realizados por meio do link eletrônico oficial integrado ao portal do sindicato laboral: <https://conecta.sindicatodosrodoviarior.com.br>. Em caso de dúvidas, os esclarecimentos poderão ser obtidos por meio do e-mail beneficios@sindicatodosrodoviarior.com.br ou pelos telefones (62) 99641-7451 / (62) 3574-9900.

Parágrafo Terceiro: O custeio integral do programa será de responsabilidade

100% exclusiva das empresas empregadoras, mediante o pagamento do valor fixo mensal de **R\$ 49,00 (quarenta e nove reais) mensais por trabalhador ativo**, sendo totalmente vedado qualquer desconto ou cobrança de coparticipação na folha de pagamento do trabalhador.

Parágrafo Quarto: O faturamento, a emissão de guias e a cobrança dos valores referidos nesta cláusula serão realizados diretamente pela empresa desenvolvedora da plataforma, Hux Tecnologia Criativa, cabendo exclusivamente ao **SINDITTRANSPORTE** a coordenação, fiscalização e o monitoramento macro dos indicadores de conformidade das empresas perante as Normas Regulamentadoras.

Parágrafo Quinto: A adequação às disposições previstas nesta cláusula deverá ser integralmente implementada no prazo máximo de 30 (trinta) dias contínuos, contados da assinatura da presente Convenção Coletiva de Trabalho, sob pena de aplicação da multa por descumprimento prevista neste instrumento normativo, sem prejuízo das medidas de fiscalização e demais providências cabíveis.

Outras estabilidades

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - LIMBO PREVIDENCIÁRIO

Fica assegurado ao trabalhador afastado por doença ou lesão, após alta previdenciária e ainda não apto para retornar suas atividades profissionais, o recebimento de seu salário base mensal, até que o mesmo esteja apto a exercer novamente suas atividades habituais.

PARÁGRAFO ÚNICO – Fica garantido também, o recebimento do 13º salário, integral ou proporcional aos meses do exercício em que ocorrer a alta previdenciária.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Compensação de Jornada

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - DA COMPENSAÇÃO DE HORAS

As empresas ficam autorizadas a compensar as horas extras trabalhadas pelos seus trabalhadores, de acordo com o art. 59 e seus parágrafos da CLT, excetuando os motoristas, aos quais, poderão ter suas horas extras trabalhadas, compensadas na forma prevista aos demais trabalhadores, mediante observação das condições

específicas e especiais contidas na **Lei nº 13.103/2015**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Cada hora suplementar à hora trabalhada **equivalerá a uma hora e meia de compensação**, ficando a cargo das empresas, em concordância com os trabalhadores, a escolha das datas a serem compensadas;

PARÁGRAFO SEGUNDO

As folgas serão consecutivas e obrigatoriamente nos dias imediatamente anteriores ou posteriores aos sábados, domingo, feriados nacionais, estaduais e municipais;

PARÁGRAFO TERCEIRO

As empresas ficam obrigadas a pagar 50% (cinquenta por cento) das horas extras efetivamente trabalhadas, juntamente com o pagamento dos salários do mês subsequente à realização da jornada extraordinária, bem como as horas trabalhadas após às 22h00m aos domingos e feriados;

PARÁGRAFO QUARTO

Os outros 50% (cinquenta por cento) restantes, serão compensados com folgas, devendo as empresas efetuarem a compensação de acordo com os parágrafos 2º e 5º do artigo 59 da CLT;

PARÁGRAFO QUINTO

Ultrapassado o prazo estabelecido no parágrafo anterior, ficam as empresas obrigadas a efetuarem o pagamento em espécie;

PARÁGRAFO SEXTO

Na hipótese de descumprimento do parágrafo anterior, o valor da hora extra passará a ser de 100% (cem por cento) sobre o valor da hora normal;

PARÁGRAFO SÉTIMO

No caso da rescisão contratual, seja qual for o motivo da dissolução, as empresas ficarão obrigadas a pagar as horas extras trabalhadas e não compensadas, com o acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da hora normal, juntamente com o pagamento das verbas rescisórias;

PARÁGRAFO OITAVO

A empresa apresentará ao trabalhador, juntamente com o recibo de pagamento

salarial de cada mês, demonstrativo das horas extras trabalhadas e compensadas;

PARÁGRAFO NONO

O trabalhador não sofrerá prejuízo em relação ao ticket-refeição, ao ser empreendida compensação de jornada de trabalho.

Outras disposições sobre jornada

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - JORNADA EXCEPCIONAL 12 X 36

Nos termos do artigo 235-F, da Lei 13.103/2015 e da CLT, as empresas poderão prever jornada especial de 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso para o trabalho do motorista profissional em regime de compensação, sendo que o gozo do intervalo intrajornada deverá ser usufruído dentro do período das 12 (doze) horas.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - FRACIONAMENTO INTERJORNADA

As partes signatárias, após a realização de assembleia com a categoria, discutiram e deliberaram sobre a jornada de trabalho dos motoristas, em razão das alterações na Lei 13.103/2015 promovidas pela Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5322, que, em sua decisão, o Supremo Tribunal Federal considerou a prevalência das negociações coletivas sobre disposições legais, permitindo que as entidades sindicais, ora negociantes, por meio da presente Convenção Coletiva de Trabalho estabeleçam regras específicas para o regime de trabalho dos motoristas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Em decorrência desta deliberação, as partes acordam que mediante a celebração de Acordo Coletivo de Trabalho será permitida a autorização para o fracionamento do descanso interjornada, respeitando-se as seguintes condições:

- Dentro do período de 24 (vinte e quatro) horas, são asseguradas 11 (onze) horas de descanso, sendo facultado o seu fracionamento de acordo com as necessidades operacionais e as particularidades do serviço, desde que respeitadas as seguintes condições mínimas:
 - 8 (oito) horas ininterruptas de descanso no primeiro período;
 - O remanescente do período de descanso poderá ser usufruído dentro das 16

(dezesseis) horas seguintes ao término do primeiro período de descanso.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O fracionamento acordado será implementado durante a vigência do instrumento coletivo, de modo a garantir a saúde, a segurança e o bem-estar dos trabalhadores, sem prejuízo das disposições legais e regulamentares que regem a atividade.

Saúde e Segurança do Trabalhador

Condições de Ambiente de Trabalho

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - CARGA E DESCARGA

As empresas se obrigam a fornecer, por sua conta, aos motoristas, ajudantes/carregadores para carga e descarga onde as mesmas não tiverem estes trabalhadores para esta função.

Uniforme

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - UNIFORMES E EQUIPAMENTOS

As empresas fornecerão, a título gratuito, uniformes, macacões, luvas, botas, e qualquer equipamento individual de trabalho, sempre que exigidos por lei, pelo empregador ou necessários ao serviço.

Manutenção de Máquinas e Equipamentos

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - DESPESAS COM VEÍCULOS

Correrão por conta das empresas, todos os gastos efetuados pelos motoristas, com o veículo durante a viagem, referente a conserto de pneus, molas, multas, por irregularidade do veículo ou nos seus documentos, e outras despesas pertinentes ao mesmo desde que não sejam causados por culpa, negligência, imperícia ou imprudência do motorista condutor do veículo avariado, fato este devidamente comprovado.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - MULTAS E IRREGULARIDADES NO VEÍCULO

Correrão por conta das empresas todos os gastos efetuados pelos motoristas com o veículo durante a viagem, referentes a conserto de pneus, molas, multas por irregularidades no veículo ou nos documentos e outras despesas neste sentido, desde que não sejam causados por culpa dos motoristas, devidamente comprovada.

CIPA – composição, eleição, atribuições, garantias aos cipeiros

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - COMISSÃO INTERNA DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES

As empresas que ainda não constituíram Comissão Interna de Prevenção de Acidente (CIPA), na forma prevista no artigo 163 a 165 da CLT e NR5 da Portaria GM n.º **3.214**, de 08 de junho de 1978, publicada no DOU de 06/07/78, providenciarão a constituição a partir da vigência da presente Convenção Coletiva do Trabalho.

Parágrafo único: As empresas se comprometem a comunicar ao Sindicato dos trabalhadores, com trinta dias de antecedência, a convocação de eleições para escolha dos representantes de empregados nas Comissões de Prevenção de Acidentes - CIPA e, em até 10 (dez) dias após a eleição.

Aceitação de Atestados Médicos

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - ATESTADOS MÉDICOS

As empresas aceitarão o Atestado Médico, quer da rede pública ou privada e Odontológico, este último, quando se tratar de extração ou outra intervenção, fornecido pelo SUS ou convênio particular para fins de justificar ou abonar faltas ao serviço, observando-se os prazos da CLPS, excetuando-se aquelas empresas que possuam serviços conveniados.

Acompanhamento de Acidentado e/ou Portador de Doença Profissional

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - COMUNICAÇÃO DE ACIDENTE DE TRABALHO AO

A empresa se-obrigam a **emitir a Comunicação de Acidente de Trabalho – CAT** junto ao INSS no prazo legal e a **encaminhar cópia ao STTRIG** e ao empregado acidentado — ou a seu representante, em caso de incapacidade - no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, abrangendo acidentes típicos, de trajeto e doenças

ocupacionais equiparadas, nos termos do art. 22 e §§ da Lei nº 8.213/91.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A comunicação ao STTRIG deverá ser feita por meio eletrônico com confirmação de recebimento ou mediante protocolo na sede do Sindicato, sendo vedada comunicação exclusivamente verbal. Simultaneamente, a empresa deverá entregar cópia da CAT ao empregado acidentado ou a seu representante legal, nos termos do art. 22, §1º, da Lei nº 8.213/91.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O descumprimento de qualquer obrigação prevista nesta cláusula — emissão da CAT, comunicação ao Sindicato ou entrega de cópia ao empregado — ensejará multa de **3 (três) salários base** (maior piso desta norma) por ocorrência, devida desde o momento da infração, independentemente de notificação prévia, com a seguinte destinação: **2 (dois) salários ao trabalhador prejudicado e 1 (um) salário ao**, Sindicato dos Trabalhadores em Transporte Rodoviário de Itumbiara e Região (**STTRIR**), a título de ressarcimento institucional pela atuação fiscalizatória, sem natureza de contribuição sindical. Verificado o descumprimento por qualquer meio, o STTRIR poderá ainda notificar a empresa para regularização em **48 (quarenta e oito) horas**, sob pena de nova multa autônoma por ocorrência, **nos mesmos valores e destinação previstos neste parágrafo**.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O STTRIR poderá requisitar, a qualquer tempo, relação das CATs emitidas em período determinado, e esta relação deverá conter a identificação do empregado, data do acidente e data de emissão. A empresa fornecerá as informações em **5 (cinco) dias úteis**, sob pena de multa de $\frac{1}{2}$ (**meio**) **salário base por dia de retardo**, limitada ao teto de **3 (três) salários base** — equivalente à multa prevista no parágrafo segundo desta cláusula —, presumindo-se descumprida a obrigação de comunicação ao Sindicato em relação às CATs não informadas no prazo desta norma coletiva.

PARÁGRAFO QUARTO - A presente cláusula tem por finalidade garantir a atuação sindical na proteção da saúde e segurança do trabalhador (art. 22, § 1º e 4º, da Lei nº 8.213/91), assegurando o acompanhamento adequado dos casos, a defesa dos direitos dos empregados acidentados e a efetividade das prestações previdenciárias devidas, em consonância com os princípios da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, CF/88), da função social da atividade empresarial (art. 170, III, CF/88) e do direito fundamental à saúde e à segurança no trabalho (art. 7º, XXII, CF/88).

Relações Sindicais

Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - ACESSO DOS DIRIGENTES SINDICAIS

As empresas permitirão que os dirigentes sindicais, advogados e assessores credenciados tenham acesso às mesmas, para fins de promover filiação, recolher mensalidade dos associados, entregar jornais, boletins periódicos e outras atividades sindicais, mediante agendamento com o Sindicato dos trabalhadores.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Após receber a solicitação, a empresa terá até 05 (cinco) dias para agendar dia que deverá ser designada a reunião, que deverá ocorrer dentro do prazo de até 10 (dez) dias contínuos, contados do recebimento da notificação;

PARÁGRAFO SEGUNDO - Para o cumprimento desta cláusula, o quórum mínimo dos trabalhadores será de 80% dos trabalhadores que estiverem escalados e

presentes no dia e/ou Turno marcado para a reunião;

PARÁGRAFO TERCEIRO - O descumprimento da cláusula de acesso dos dirigentes sindicais poderá ser caracterizado como prática antissindical, sujeito a quantificação pelo Poder judiciário, sem prejuízo de outras penalidades e indenizações.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - AVISOS NO LOCAL DO TRABALHO

As empresas permitirão que sejam, através do Departamento Pessoal, afixados no local de trabalho, avisos, periódicos, panfletos ou qualquer comunicado/orientação e que não tenham caráter político-partidário, da parte do Sindicato dos trabalhadores aos sindicalizados.

Representante Sindical

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - REPRESENTANTE SINDICAL

Fica assegurada a estabilidade no emprego a 01 (um) único Representante Sindical que vier a ser eleito em assembleia pela categoria, com mandato correspondente ao da Diretoria do Sindicato (acrescido da garantia de um ano a mais, assegurada no inciso IV do art. 8º da CF), sendo convencionado que o eleito deverá ter vínculo com empresa que tenha acima de 20 (vinte) trabalhadores, ficando o Representante Sindical eleito, integralmente à disposição do Sindicato na condição de licença para exercício de mandato sindical classista, com ônus salarial, fundiário e previdenciário, à empresa.

parágrafo único - Assim, que ocorrer a eleição via de assembleia convocada por edital publicado em jornal impresso de grande circulação em Goiás, o Sindicato terá até 15 (quinze) dias para comunicar à empresa o nome do Representante Sindical eleito.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - DO CUSTEIO SINDICAL PARA AS DESPESAS DO SINDICATO

Será devida uma contribuição para o custeio em favor do Sindicato laboral por TODOS os trabalhadores da empresa LSN TRANSPORTES, nos termos da decisão proferida pelo STF em sede de Embargos

Declaratórios no ARE 1018459, Tema 935, com repercussão geral: “*é constitucional a instituição, por acordo ou convenção coletivos, de contribuições assistenciais a serem impostas a todos os empregados da categoria, ainda que não sindicalizados, desde que assegurado o direito de oposição*”. Assim, a empresa, descontará na folha de pagamento de todos os trabalhadores, a contribuição de custeio do Sindicato dos trabalhadores em transporte, no valor de 5% (cinco por cento), do salário base de cada empregado, no mês de junho/2026 e repassará até dia 10 de julho de 2026.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Da mesma forma, será também descontado em folha de pagamento daqueles empregados que forem admitidos e sindicalizados na vigência deste Acordo e que ainda não tiverem sofrido esse desconto, a importância descrita na cláusula acima, da remuneração a ser paga no mês da sindicalização, devendo essa importância ser recolhida nos primeiros 10 (dez) dias do mês subsequente ao desconto.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O não recolhimento da contribuição prevista nesta cláusula no prazo estabelecido será aplicado multa no valor de 10% (dez por cento) do valor a que deveria ter sido recolhido, para cada 30 (trinta) dias de atraso, sem prejuízo dos juros e correção monetária previsto em Lei e ainda multa por descumprimento da Convenção Coletiva de Trabalho.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - MENSALIDADE DOS TRABALHADORES ASSOCIADOS AO SINDICATO DOS TRABALHADORES

As empresas se comprometem, desde que devidamente autorizadas pelos trabalhadores e associados ao Sindicato dos trabalhadores, a descontarem no salário destes, as mensalidades sindicais devidas em favor do Sindicato dos trabalhadores, de acordo com o disposto no inciso XXVI do art. 545 e art. 611-B da CLT.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL

Por deliberação **unânime da Assembleia Geral Extraordinária da categoria econômica**, e com fundamento no **art. 8º, incisos III e IV, da Constituição Federal**, nos **arts. 511, §§ 1º e 2º, 570, 578, 579 e 611 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)**, bem como no entendimento firmado pelo **Supremo Tribunal Federal no ARE nº 1.018.459 (Tema 935)**, fica instituída a **Contribuição Assistencial/Negocial Patronal**, destinada ao custeio das atividades sindicais.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A contribuição é devida por todas as empresas integrantes da base territorial e da categoria econômica representada, **independentemente de seu enquadramento societário ou regime tributário**, bem como **independentemente de o enquadramento sindical decorrer de CNAE principal ou CNAE secundário**, desde que exerçam, ainda que de forma acessória, **habitual ou complementar**, atividades econômicas compreendidas no âmbito de representação do **Sindicato Patronal**, nos termos do

art. 511 da CLT.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Para fins de enquadramento sindical e incidência da contribuição, **prevalece a atividade econômica efetivamente exercida**, ainda que não corresponda à atividade preponderante declarada como CNAE principal, sendo suficiente que a empresa **aufira proveito econômico direto ou indireto** das atividades inseridas na base de representação do sindicato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Ficam excluídas da obrigatoriedade prevista nesta cláusula as empresas cuja atividade econômica seja o transporte de cargas comuns e que estejam regularmente enquadradas na base de representação sindical do SETCEG - SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE CARGAS E LOGISTICA DO ESTADO DE GOIAS, CNPJ n. 02.220.036/0001-06.

PARÁGRAFO QUARTO - DO VALOR DA CONTRIBUIÇÃO

A contribuição assistencial/ negocial patronal será cobrada conforme a natureza jurídica do contribuinte, observados os seguintes valores:

I – Empresas, independentemente de seu enquadramento societário ou regime tributário, exceto o microempreendedor individual – MEI, o valor total de R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais), a ser pago em até 02 parcelas iguais de R\$ 900,00 (novecentos reais);

II – Microempreendedor individual – MEI, o valor será R\$ 900,00 (novecentos reais), a ser pago em até 02 (duas) parcelas iguais de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais).

a) A diferenciação de valores observa os **princípios da razoabilidade, proporcionalidade e capacidade contributiva**, sem prejuízo da representação sindical e da fruição das atividades desenvolvidas pelo Sindicato Patronal.

PARÁGRAFO QUINTO - Os valores arrecadados destinam-se à instalação, manutenção e custeio das atividades sindicais, incluindo negociações coletivas, assistência institucional e defesa administrativa e judicial da categoria econômica.

PARÁGRAFO SEXTO - O Sindicato Patronal será o **único e exclusivo responsável** pela arrecadação, administração, cobrança, controle, eventual restituição e aplicação de penalidades decorrentes da presente contribuição, conforme deliberação assemblear.

PARÁGRAFO SÉTIMO – DA FORMA E PRAZO DE RECOLHIMENTO

A contribuição deverá ser recolhida por meio de guia própria fornecida pelo sindicato patronal, em dois pagamentos, a vencer a 1ª parcela até 30 de agosto e a 2ª parcela até 30 de setembro do ano corresponde, ou seja, 2026, vencimentos ocorrerão em 2026, 2027 ocorrerão em 2027. O não recolhimento nos prazos

estipulados implicará na aplicação de multa de 10% (dez por cento) nos primeiros 30 (trinta) dias, acrescida de 2% (dois por cento) por mês subsequente, além e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, após a devida atualização monetária pelo INPC, sem prejuízo das despesas decorrentes de eventual cobrança judicial.

PARÁGRAFO OITAVO – DO DIREITO DE OPOSIÇÃO

Após a assinatura do instrumento coletivo de trabalho, será dada ampla divulgação e publicidade por meio das redes sociais, sites etc., sendo assegurado às empresas o prazo de 10 (dez) dias úteis da publicação para o exercício de direito de oposição à contribuição assistencial patronal.

PARÁGRAFO NONO – DO EXERCÍCIO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO

O exercício do direito de oposição deverá ser assegurado de forma simples, gratuita e desburocratizada, podendo ser realizado por meio presencial (Av. Progresso, Setor Comercial, Qd 01, Lt 07, Piso 1, sala 4, Senador Canedo, GO) ou eletrônico (62 9 9805-6742 WhatsApp/ atendimento@stpp.net.br mediante protocolo junto ao sindicato patronal, vedada a exigência de comparecimento pessoal obrigatório. Sendo que, sendo de forma presencial ou eletrônica, deverá apresentar impreterivelmente o representante legal/ sócio ou seu representante por procuração pública, apresentando este por último documento que comprove a representação, atos constitutivos, documentos de identificação.

PARÁGRAFO DÉCIMO – DOS MEIOS DE COBRANÇA

Fica expressamente autorizado o envio de **correspondências, boletos bancários, notificações e demais meios administrativos e judiciais de cobrança**, com a finalidade de viabilizar o recebimento da contribuição instituída nesta cláusula.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO- As empresas que descumprirem esta cláusula, seja efetuando o pagamento após o prazo estabelecido ou deixando de realizar o pagamento devido, estarão sujeitas à multa prevista na Cláusula “MULTA PELO NÃO CUMPRIMENTO DA CONVENÇÃO”, além da incidência de juros de 2% ao mês, calculados sobre o valor principal devidamente atualizado. Ademais, será considerada prática antissindical a conduta das empresas que não efetuarem o pagamento da Contribuição Assistencial ao Sindicato Patronal.

Direito de Oposição ao Desconto de Contribuições Sindicais

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - DO DIREITO DE OPOSIÇÃO AO DESCONTO

Fica garantido o direito de oposição ao desconto da contribuição para custeio das despesas do sindicato,

aos Trabalhadores não filiados ao Sindicato Laboral, devendo neste caso manifestar perante a entidade sindical por qualquer meio eficaz de comunicação escrita, como carta ou requerimento escrito, até 20 (vinte) dias após a efetivação do referido desconto, será acatada a manifestação do direito de oposição em relação à cobrança futura de contribuição para custeio do sindicato, observado o período de vigência da norma coletiva, desde que o trabalhador não filiado manifeste seu direito de oposição até 30 dias após a aprovação da convenção coletiva de trabalho que tiver estipulado a cobrança ou até 20 dias após a efetivação do primeiro desconto, na forma prevista no termo de Ajustamento de Conduta nº 647/2012, firmado entre a procuradoria Regional do Trabalho da 18.^a Região e a entidade Sindical que subscreve este instrumento.

PARAGRAFO ÚNICO - Fica vedado ao Empregador, Contabilista e Funcionários de departamento de pessoal para fins a que se refere o PN número 119 da SDC do TST, que se trata do direito de oposição aos descontos, induzir, por qualquer meio, inclusive modelos de cartas ou comunicados pré-elaborados POR contabilidades, pelas empresas ou por funcionários de departamentos pessoais ou ate mesmo pelos empregados passando de um para outros, entre os funcionários a apresentar manifestações contrárias aos descontos previstos nesta cláusula. Caso em que se constatado, o empregador ou empregado que induziu outros empregados ficará responsável pelo recolhimento e ainda será denunciado na justiça pela pratica antissindical

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS

As empresas, quando solicitadas formalmente pelo Sindicato dos trabalhadores, deverão fornecer no prazo de até 10 (dez) dias contínuos, cópias do Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho (TRCT), demonstrativos de pagamentos (contracheques), extratos analíticos de FGTS, cartões de ponto, contrato de trabalho, guia emitida no FGTS digital com identificação/qualificação completa dos trabalhadores, relatório extraído do e-social com identificação/qualificação completa dos trabalhadores, ficha de registro de empregados, RAIS, CAGED e/ou GFIP, comprovante do seguro de vida, registros da jornada dos motoristas (diário de bordo, papeleta, ficha de trabalho externo ou por meio de sistemas e meios eletrônicos instalados no veículo), contrato do cartão alimentação/refeição, comprovante de repasse ao sindicato da contribuição assistencial, custeio do prêmio permanência e adesão ao plano odontológico, bem como a regularidade dos pagamentos do telemedicina e do plano odontológico.

Parágrafo primeiro – O ofício de exibição de documento, é considerado efetivado com a simples entrega no endereço da parte; dada a simplicidade do ato, é apto a receber o ofício, qualquer trabalhador da empresa, que dará o ciente e declinará a data, quando em caso de recusa ou inércia, estará a empresa sujeita nas penalidades/sanções previstas nesta Convenção Coletiva de Trabalho;

Parágrafo segundo - Basta o simples ofício para que a empresa apresente os documentos solicitados, convalidando-se qualquer forma de solicitação realizada pelo Sindicato dos trabalhadores, deste que conste os documentos e prazo para

entrega, quando após receber o ofício, a empresa terá até 10 (dez) dias contínuos para entregar os documentos solicitados, contados do recebimento da notificação;

Parágrafo terceiro - O fornecimento de dados considerados sensíveis, ao Sindicato de trabalhadores, no exercício da substituição processual assegurada na Constituição Federal, art.8º, III, não configura qualquer violação à lei de proteção de dados pessoais (13.709/2018);

Parágrafo quarto – A inércia e/ou recusa na entrega dos documentos descritos no caput, ensejará além de remanescer a obrigação de fazer que poderá ser objeto de "ação de cumprimento", incidirá também em multa de R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) mensais, por trabalhador com vínculo na empresa oficiada, em ordem sucessiva, até o efetivo cumprimento.

Disposições Gerais

Regras para a Negociação

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - FLEXIBILIZAÇÃO DO DIREITO

As entidades signatárias desta CCT, declaram, que na negociação coletiva ora formalizada, houveram concessões mútuas, razão pela qual os direitos e deveres, benefícios e restrições expressos nas diversas cláusulas, não devem ser vistos isoladamente, e sim como insertos na integralidade do pactuado, que decorreu do objeto de manutenção e ampliação de vantagens aos trabalhadores e, principalmente, da busca da possibilidade de manutenção e geração de empregos, bem como de se viabilizar a atividade econômica (artigo 7º, inciso XXVI, da Constituição Federal).

Mecanismos de Solução de Conflitos

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - TERMO DE QUITAÇÃO ANUAL

Na vigência ou não do contrato de trabalho e mediante requerimento e comum acordo entre trabalhador e empregador, o Sindicato dos trabalhadores emitirá "Termo Anual de Quitação de Obrigações Trabalhistas", nos moldes do art. 507-B, da CLT, no qual constará de forma discriminada todas as parcelas adimplidas e abrangidas naquele documento.

Parágrafo Primeiro - O termo de quitação firmado pelo trabalhador, assistido pelo Sindicato dos trabalhadores, terá eficácia liberatória para o empregador, não

podendo ser objeto de reclamações trabalhistas futuras, sob pena de caracterização de má-fé do trabalhador, podendo ensejar a aplicação de multa pelo juízo na forma dos artigos 79 e 80 do CPC;

Parágrafo Segundo – Por sua atuação, na prestação desse serviço, o Sindicato dos trabalhadores cobrará uma taxa de serviço a ser suportada exclusivamente pelo empregador, cujo valor cobrado por cada trabalhador, não poderá exceder a 40% (quarenta por cento) calculado sobre o menor Piso Salarial desta CCT;

Parágrafo Terceiro – Eventualmente, para o cumprimento desta determinação, o Sindicato dos trabalhadores poderá solicitar do empregador a apresentação dos documentos pertinentes para comprovação da quitação das parcelas referidas no Termo Anual;

Parágrafo Quarto – Após requerimento formulado pelo trabalhador ou empregador, o Sindicato dos trabalhadores deverá agendar data e hora para assinatura do Termo Anual de Quitação, em prazo não superior a 20 (vinte) dias úteis, contados da data da solicitação.

Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - MULTA PELO NÃO CUMPRIMENTO DA CONVENÇÃO

Atendendo à exigência do inciso VIII do Art. 613 da CLT, fica acordado que, em caso de violação e/ou não cumprimento de qualquer das cláusulas em obrigações de dar e/ou fazer desta Convenção Coletiva de Trabalho pelas partes representadas (empresa e trabalhadores), incidirá a parte faltosa, por cada violação, em multa mensal equivalente a **10% (dez por cento)** sobre o Piso Salarial vigente por trabalhador, renovada mensalmente enquanto perdurar a violação.

}

DIVAIR CANDIDO DE FARIA

Presidente

SINDICATO DOS TRAB EM TRANSP RODOVIAR ITUMBIARA GOIAS

DIVINO NERIVAN SILVA TAVARES

Presidente

SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE COMBUSTIVEIS, DERIVADOS DE PETROLEO, MATERIAIS INFLAMAVEIS E CARGAS PERIGOSAS NO ESTADO DE GOIAS-STPP

ANEXOS
ANEXO I - ATA DA ASSEMBLEIA DE APROVAÇÃO DA CCT 2026-2028

[Anexo \(PDF\)](#)